

# Ata Circunstanciada da 34ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



## ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
34ª SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 29 DE ABRIL DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H16

TÉRMINO ÀS 18H18

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Estão em plenário o deputado Chico Vigilante, o deputado Max Maciel e o deputado Gabriel Magno.

Há matérias muito importantes para serem votadas hoje. É importante que a base do governo venha ao plenário porque, neste momento, só está presente a oposição.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Boa tarde a todas e a todos. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu acho que está na hora de o Governo do Distrito Federal tomar uma posição, e é preciso que a Câmara Legislativa também se posicione.

As chamadas emendas impositivas são emendas para a área de infraestrutura, emendas para a área de saúde e emendas para as escolas do Distrito Federal. A verdade, presidente, é que nós deputados destinamos as nossas emendas, e o secretário de Economia, em nome do Governo do Distrito Federal, com o pretexto de que o Distrito Federal está quebrado, não as libera. As emendas são impositivas. Caso não sejam liberadas, ocorre o crime de responsabilidade. É preciso que alguém diga à governadora – que inclusive já foi presidenta desta casa – que é crime de

responsabilidade a não liberação das emendas.

Destinamos, por exemplo, um recurso de PDAF para consertar uma escola, e não liberam o recurso? Com emendas para a saúde, a mesma coisa, e o governo não as libera? É fundamental que aconteça essa liberação!

Eu sou um dos deputados que mais indica recursos para a educação e para a saúde no Distrito Federal. Portanto, líder deputado Hermeto, vossa excelência, que é líder do governo, precisa tomar uma providência. Ninguém está de brincadeira. Não estamos encaminhando emendas para fazer farras, estamos encaminhando emendas para beneficiar efetivamente a população do Distrito Federal.

Outro ponto que eu quero abordar é com relação a um projeto encaminhado pela governadora do Distrito Federal. No domingo, eu me encontrei com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e ele me disse que tinha tido, deputado Wellington Luiz, um entendimento com a governadora. São 26 unidades da Federação que já se comprometeram em ajudar na diminuição do ICMS do *diesel*, que aumentou de preço em função dessa guerra promovida por este maluco completamente irresponsável, que coloca o mundo em risco, este cabelo de manga chupada, chamado Donald Trump. Ele faz com que o preço dos combustíveis dispare no mundo todo. No Brasil, o governo do presidente Lula tomou providências.

Esse projeto está aqui para ser votado. É importante que haja quórum para votarmos. Todavia, uma vez que votarmos esse projeto, é muito importante que o Governo do Distrito Federal, dentro desse esforço para que não haja aumento, coloque os órgãos de fiscalização – Procon, Delegacia de Defesa do Consumidor – na rua para combater o cartel dos combustíveis e fazermos com que, efetivamente, o benefício vá para os usuários, para os motoristas, e não fique no bolso de meia dúzia de proprietários de postos de gasolina que só pensam na ganância, no jeito fácil de se apropriar indevidamente do dinheiro que não é deles. Se não forem tomadas providências, eles acabarão embolsando esse recurso, em vez de, efetivamente, ele ficar para a população do Distrito Federal.

Hoje eu vi gasolina sendo vendida na Ceilândia a R\$6,08. Entretanto, no domingo eu fui até Planaltina e vi – repito o que eu falei aqui ontem – posto de gasolina em Sobradinho vendendo gasolina a R\$6,69. Isso não tem explicação, a não ser a ganância daqueles que querem ganhar dinheiro fácil, roubando-nos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Quero apenas lembrar, deputado Chico Vigilante, que essa questão das emendas atinge não só os deputados da oposição, mas também os da base. Participamos ontem de uma ampla conversa com a governadora Celina Leão, o nosso líder também participou. Eu conversei hoje com o nosso secretário de Economia, secretário Valdivino, e já estamos ajustando, inclusive dando prioridade – como vossa excelência bem destacou – às emendas de natureza impositiva. Acredito que as medidas já começam a evoluir a partir de hoje. Essa é a nossa expectativa. Mesmo porque as emendas de natureza impositiva precisam receber tratamento diferenciado, principalmente elas. O Distrito Federal passa por um momento difícil, é inegável, mas não podemos deixar de cumprir com as obrigações do Legislativo.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Reiterando o que o presidente disse, eu estava ao telefone com a governadora e ela vai liberar as emendas, deputado Chico Vigilante. Apenas alguns ajustes ainda estão sendo feitos, mas, a partir de hoje, já ocorrerá a liberação do que está sendo tratado e tudo entrará no eixo.

Quero dizer a vossa excelência, deputado Chico Vigilante, que eu o acompanho no Instagram e o vi tomando açaí com o presidente Lula. O senhor estava tomando um açaí do Amapá. Vi vossa excelência ao lado do seu compadre, o presidente Lula.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pepa. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Hermeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, presidente deputado Wellington Luiz. Cumprimento os meus pares, os colegas desta casa e quem acompanha esta sessão pela TV Câmara Distrital.

Quero apresentar uma denúncia e, ao mesmo tempo, líder deputado Hermeto, fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal. Vamos tratar da Operação 936915/2022 e da Operação 108546912. Refiro-me a números porque a burocracia trata isso como números, mas, na realidade, eu falo de um código do Fundo de Saúde do Distrito Federal destinado à reforma do pronto-socorro do Hospital Regional de Ceilândia. Esse é um contrato assinado junto ao governo federal e à Caixa Econômica em 30 de dezembro de 2022.

Já se passaram 3 anos desde a assinatura desse contrato. O valor inicial de repasse foi de R\$4 milhões, que, somado a alguns recursos do Governo do Distrito Federal, totalizou, à época, algo em torno de R\$11 milhões para a reforma do pronto-socorro do Hospital Regional de Ceilândia. De 2022 para cá, em rendimentos, possivelmente esse valor já alcança R\$15 milhões.

Diante dessa informação, nosso mandato buscou providências. Desde o dia em que tomamos posse, acompanhamos passo a passo esse contrato. Faltava projeto; o projeto existe. Faltava levantamento de dados; conseguimos o levantamento de dados. Reunimo-nos com a Novacap, que respondeu todas as diligências da Caixa Econômica. Para que a licitação aconteça, falta agora a Secretaria de Saúde, secretário Juracy, realizar o plano de contingência e encaminhá-lo à Caixa Econômica, a fim de que ela possa liberar e, assim, vocês autorizarem a Novacap a realizar a licitação para a reforma do pronto-socorro do hospital da maior região administrativa do Distrito Federal.

Estou falando de um hospital que realiza mais de 400 partos por mês, de um hospital que já opera no limite de atendimento e cuja situação predial é da década de 1980. Realizamos reuniões técnicas, realizamos audiência pública, nós nos sentamos com os órgãos competentes. Tudo o que nos cabia foi feito. Agora, precisamos de uma decisão política.

Nós vamos perder, presidente, R\$15 milhões!

Qual é o problema na gestão pública? Às vezes, você tem o projeto, mas não tem o dinheiro; às vezes, você tem o dinheiro, mas não tem o projeto. Neste caso, nós temos os 2: o projeto e o recurso. Então, pergunto: nós vamos perder R\$15 milhões e deixar o Hospital Regional de Ceilândia sem a reforma do seu pronto-socorro?

Nós visitamos a Superintendência da Região de Saúde Sudoeste, em Taguatinga, porque vamos precisar girar leitos. Visitamos o Hospital Regional de Brazlândia para entender a sua situação – que agora também está em obra, mas antes estava parada. Fomos a Brazlândia e vimos a retomada da empresa para finalizar a reforma do pronto-socorro do Hospital Regional de Brazlândia.

Por que faço essa fala hoje e peço, de fato, a colaboração de todos e todas desta casa? Porque tivemos acesso a algumas informações. Enviamos um ofício à Caixa Econômica Federal para entender por que o recurso não está sendo liberado de fato para o Governo do Distrito Federal executar a obra. Infelizmente, para a Caixa Econômica Federal, ainda há um impeditivo de crédito de repasse da União, porque a obra do Hospital Oncológico de Brasília está paralisada. A Caixa Econômica entende que não pode permitir mais um crédito ao Fundo de Saúde do Distrito Federal porque já existe, na conta, um recurso destinado à construção do Hospital Oncológico que não

andou. O entendimento é que, se esse não andou, não vamos encaminhar dinheiro para outro que também não vai andar.

Eu queria alertar à Caixa Econômica – e peço ao Governo do Distrito Federal que se reúna com o banco e converse sobre isso – que são programas diferentes e destinações diferentes. O Hospital Oncológico está em outro estágio. A reforma do pronto-socorro de Ceilândia é outra situação.

E há um detalhe: isso já foi prorrogado 3 vezes, e a Caixa Econômica sinalizou que não cabe mais prorrogação. Em setembro, o recurso voltará para a União.

Nós chegamos ao nosso limite legislativo, presidente. Se perdermos esse recurso, o que vai restar é o nosso limite: a rua. Vamos realizar uma grande mobilização em Ceilândia, com a população e com os movimentos sociais. Vamos realizar uma passeata até a porta do Hospital Regional de Ceilândia para dizer publicamente que a reforma do pronto-socorro não aconteceu por falta de vontade política, já que há dinheiro, há projeto e o plano de contingência está finalizado. Portanto, não há motivo para o nosso hospital não realizar essa reforma.

Quero encerrar reforçando algo que já disse na audiência pública do novo hospital de Ceilândia, realizada na segunda-feira. É impressionante como tudo para Ceilândia demora. Tudo para Ceilândia fica para depois. Tudo para Ceilândia é “a gente vê na volta”. Nós somos a maior cidade do Distrito Federal e não temos um cineteatro até hoje. São 40 anos de luta por isso. Somos a maior região administrativa do Distrito Federal, e a luta pelo novo hospital atravessa todas as gestões que já governaram Brasília. Somos a maior região administrativa e corremos o risco de perder o nosso parque ecológico. Mataram o nosso rio, quiseram instalar uma termelétrica ao nosso lado, colocaram um aterro sanitário ao nosso lado.

Caramba! O que Ceilândia fez para Brasília? Já nos expulsaram para longe do centro! Deputado Hermeto, meu pai morava na Vila do IAPI. Ele foi colocado em um caminhão, com a carcaça do barraco, e levado para Ceilândia para se virar e construir outro barraco. Hoje, a antiga Vila do IAPI se chama Setor de Mansões do IAPI. É sacanagem – desculpem a palavra. Hoje é setor de mansões! Na época em que a classe trabalhadora estava lá, não podia. Não é que não podia, não nos queriam lá. Parece que, agora, não nos querem em nada.

Já conversei com o secretário Juracy, fomos à Caixa Econômica Federal, nos sentamos com a Novacap, com a Superintendência de Ceilândia, então, líder, peço encarecidamente: não há por que perdermos R\$15 milhões e não reformarmos o pronto-socorro do Hospital Regional de Ceilândia.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde a todos.

Presidente, o que me traz à tribuna são 2 assuntos.

O primeiro refere-se à continuidade do caos na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Ontem, nós recebemos, mais uma vez, inúmeras denúncias e reclamações de professores e professoras. Nós estamos encerrando o primeiro bimestre letivo nas escolas públicas desta cidade e adivinhem? Os professores lançaram as notas e as atividades no sistema, no diário do EducaDF – um sistema que custou R\$40 milhões, a Secretaria de Educação pagou, não funciona, e fica por isso mesmo. Adivinhem o que aconteceu ontem? O sistema apagou! Caiu o sistema, ou seja, todo o trabalho que as escolas, que os professores e professoras tiveram no lançamento das notas e das atividades para fechar o bimestre, para entregar o boletim aos estudantes, às famílias, foi perdido, porque o EducaDF não funciona!

Esse sistema é o mesmo que está atrasando e errando o salário de 15 mil professores temporários, é o mesmo sistema que está superfaturando os recursos e as compras por meio do cartão PDAF das escolas, é o mesmo sistema que não funciona em lugar nenhum na escola. Mas, por algum motivo, a Secretaria de Educação insiste em pagar R\$40 milhões para a contratação do sistema e mais R\$5 milhões de aditivo para a manutenção dele.

Outra questão referente à Secretaria de Educação que nos chama atenção – e estamos oficiando mais uma vez a Secretaria de Educação e a Secretaria de Economia –, inclusive é uma reclamação insistente nos últimos anos não só na educação, mas no serviço público de maneira geral, é sobre o atraso na publicação das aposentadorias. Por exemplo, o professor já cumpriu todos os requisitos para se aposentar, ele entra com o pedido na Secretaria de Educação, mas a Secretaria de Educação começa a enrolar e a pedir uma série de documentos que ele já entregou, que a escola já entregou, para não aposentar o professor, deputado Iolando. Com isso, o professor fica na escola.

Inclusive, o professor que já tem tempo de se aposentar e pede o benefício do abono de permanência também não o está recebendo, porque a Secretaria de Educação fica enrolando o professor, falando: “Não, falta a declaração da escola em que você trabalhou há 20 anos”. O professor entra no sistema e encontra a declaração da escola em que ele trabalhou há 20 anos, só que vai e volta e o governo está enrolando. Enrolar os professores é ilegal, porque o direito à aposentadoria e ao abono de permanência é garantido.

Tudo isso mostra o descaso, a incompetência e o problema dessa gestão do governo Ibaneis e Celina, que quebraram o Distrito Federal, meteram a mão no dinheiro da cidade. O secretário de Economia vem falar de um rombo de R\$5 bilhões, R\$6 bilhões, R\$7 bilhões. De quem é a responsabilidade? É de quem governou muito mal esta cidade nos últimos anos.

A outra questão, presidente, de que eu quero tratar é sobre as atuais declarações da governadora Celina, deputado Chico Vigilante. Parece-me que a estratégia da Celina é tentar se livrar do problema que ela criou junto com o Ibaneis, seu colega de chapa, seu companheiro de política. Ela o ajudou a construir esse governo desastroso. A governadora Celina fala que está desesperadamente tentando marcar uma conversa com o Lula ou com o governo federal para resolver o problema do BRB. É mentira! Até ontem não havia nem ofício assinado. Nós estamos denunciando. Agora ela apareceu com o ofício assinado, deputado Chico Vigilante, mas até hoje o balanço do BRB não foi entregue. O balanço do BRB é lei, é obrigação do banco. Por que a gestão até hoje esconde da cidade, esconde do Banco Central, esconde do Ministério da Fazenda, esconde dos órgãos de controle e fiscalização, esconde desta casa e da justiça o balanço do BRB? Tem que entregar o balanço!

Então, não adianta a Celina vir com esse papinho, com essa estratégia falsa de querer se livrar do problema, de dizer que está tentando buscar uma solução com o governo federal, que nada tem a ver com o problema que o Ibaneis e Celina criaram. Depois tentarão justificar, deputado Max Maciel, a privatização do BRB, como fizeram com a CEB – hoje estamos vendo a cidade no escuro, o apagão – e como fizeram e tentaram fazer diversas vezes com outras empresas públicas. Criam o problema por má gestão, assaltam o cofre da empresa, depois tentam se desfazer do problema e justificam com uma única saída possível: a privatização.

Nós vamos lutar para não privatizar o BRB. O BRB precisa continuar a ser um banco público. Existe solução. A primeira é tirar Celina, Ibaneis e todos que estão envolvidos no maior esquema de corrupção da história de Brasília. A segunda solução – estamos anunciando, denunciando e pedindo, inclusive, ao Poder Judiciário – é o bloqueio imediato dos bens dos investigados. Precisamos recuperar os R\$12 bilhões do rombo. É preciso bloquear os bens do governador Ibaneis, ex-pré-candidato ao Senado. É preciso bloquear os bens da governadora Celina, dos ex-presidentes do banco, dos diretores do BRB, de todos que estão sendo investigados. Todos terão seu legítimo direito de defesa, vão se defender na justiça. E, se forem responsabilizados, os bens têm que estar bloqueados, presidente, para não permitir que esse dinheiro suma e escorra pelo ralo novamente, por meio da sonegação e dos paraísos fiscais. É preciso, também, acabar imediatamente com os contratos de patrocínio, com os contratos de convênios do BRB, em todos os lugares do Brasil, que não trazem lucro ou benefícios comerciais e econômicos ao banco. É preciso acabar com a farra dos supersalários na direção do BRB e rever a estratégia do banco como banco regional, e não como o presidente Nelson tem anunciado, de abrir agência do BRB Fla em todas as cidades, mantendo operações em outros estados e continuando a gastança desenfreada do banco, sem transparência e sem cuidar do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Está encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, deputados e deputadas, ontem estive no Hospital de Base, que é administrado pelo IGESDF. Depois de muitas denúncias na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, fui ao pronto-socorro do hospital. Já fui várias vezes fazer fiscalização no Hospital de Base. Contudo, a situação que encontrei ontem foi uma das piores, deputado Chico Vigilante, que já vi nesses 8 anos à frente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa.

O pronto-socorro estava completamente superlotado. Ali cabem 111 pessoas acomodadas, 111 leitos na retaguarda do pronto-socorro, não no atendimento, mas havia mais de 195 pessoas internadas. O hospital estava superlotado, sem profissionais suficientes para atender a população, e coisas muito básicas, como a climatização, não funcionavam. Pacientes oncológicos e nas piores condições possíveis estavam submetidos àquela condição de calor extremo, às 10 horas e 30 minutos, no Hospital de Base. Os profissionais também trabalhavam em condições insalubres.

O Hospital de Base de Brasília precisa de uma intervenção. Precisa de contratação de profissionais. É necessária uma reorganização da regulação hospitalar para que as pessoas sejam atendidas. Não dá para o hospital continuar nessas condições.

Quando entrei no Hospital de Base, uma paciente que estava acomodada me falou que passou cerca de 20 horas na espera. Depois que entrou, aguardou mais 12 horas para ter acesso ao seu primeiro exame; e estava com a medicação atrasada lá dentro. Vi inúmeros pacientes oncológicos sem qualquer atendimento.

Uma acompanhante, que estava sentada numa cadeira – os acompanhantes não têm a mínima condição –, chamou-me e falou assim: “Deputado, a minha sogra tem câncer. A cada dia que ela fica aqui sem atendimento e sem possibilidade de encaminhamento, a situação dela se agrava, e há risco de morte. Nós precisamos de respostas, deputado. Como é que você pode nos ajudar?” Essa é a situação da saúde. Nós estamos falando de um hospital de ponta, importante para esta cidade, que hoje está contaminado completamente pelo caos na saúde. Nós não podemos aceitar, presidente, essa situação.

Nós precisamos falar sobre isso. É preciso que se faça algo em relação à saúde pública e ao atendimento de urgência e emergência no Distrito Federal. Nós, a partir da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, vamos produzir, obviamente, um relatório com tudo o que nos foi relatado lá.

Houve uma profissional que nos chamou e disse: “Olhe, nenhuma maca da emergência está em situação regular para atendimento. As macas são velhas; as macas compradas não estão adequadas.” Isso é o mínimo para o funcionamento adequado de uma emergência. A população está sofrida, sofrida.

O clima no Hospital de Base era de hospital de campanha na covid. Eu visitei todos os hospitais da covid já na presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa. No Hospital de Base, ontem, o clima era de hospital de campanha numa pandemia.

Essa situação nós não podemos permitir que ocorra no Distrito Federal. Ainda mais numa unidade da Federação tão rica, que recebe Fundo Constitucional e com tantas condições de investir na saúde. Nem os profissionais, nem os usuários da saúde, nem a população desta cidade merecem o que está acontecendo.

Então, eu venho a esta tribuna hoje, presidente, chamar a atenção do Governo do Distrito Federal, que é quem tem a obrigação de executar o investimento na saúde, de fazer contratação, de fazer melhorias. É a governadora – que era a vice-governadora, a copiloto do Distrito Federal – agora que tem que colocar a mão na massa para fazer a coisa acontecer. A população não pode continuar nessa situação em que está hoje.

Então, faço essa denúncia, na tribuna da Câmara Legislativa, da situação lamentável que nós encontramos ontem no Hospital de Base de Brasília.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Quero informar que a governadora Celina Leão me ligou à noite e me disse que faria a substituição da reitora; acredito que isso já tenha sido publicado hoje. O deputado Chico Vigilante está confirmando que foi publicado.

Havia, inclusive, um entendimento de que isso não poderia ser feito, porque ela tinha mandato em razão de uma lei que nós aprovamos, mas eu tratei de desmistificar esse entendimento. Em razão disso, a governadora, atendendo ao pedido tanto dos alunos quanto dos professores da UnDF e dos nossos parlamentares, acabou, então, cumprindo com o compromisso feito por ela, que era a substituição da reitora. É preciso preparar, agora, a próxima eleição.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, é importante fazer esse registro que vossa excelência está fazendo sobre o resultado da luta dos professores e estudantes da UnDF. Não foi uma luta fácil. Vossa excelência teve um papel fundamental como presidente da Câmara Legislativa e acompanhou essa luta dos estudantes e professores da UnDF, assim como outros parlamentares – o deputado Chico Vigilante, o deputado Max Maciel e o deputado Gabriel Magno. Há muito tempo, nós vimos defendendo a democracia na Universidade do Distrito Federal, o fim do autoritarismo e o diálogo, que era o mínimo.

Eu quero agradecer à governadora do Distrito Federal o atendimento ao pleito da luta da comunidade acadêmica da Universidade do Distrito Federal. Essa exoneração não é contra uma pessoa, é a favor da universidade e da democracia naquele espaço. O diálogo precisava ser restabelecido.

Essa mudança na gestão é fundamental. É preciso fazer justiça e agradecer à governadora do Distrito Federal a atitude que foi tomada agora em resposta à luta da comunidade universitária.

Viva a Universidade do Distrito Federal! Nós esperamos que essa universidade tenha vida longa, com investimentos e condições para que os nossos estudantes tenham uma formação qualificada e para que os nossos professores e pesquisadores sejam bem tratados. Parabéns a vossa excelência pela luta incansável, ao longo desse processo, em defesa da universidade também.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Retribuo o agradecimento e parabenizo a luta de todos os parlamentares; independentemente de serem base ou oposição, todos se somaram a essa importante proposta que, como disse o deputado Fábio Félix, atendeu os alunos, em nome da democracia e do diálogo. Foi fundamental.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, enquanto o quórum se compõe, eu gostaria de deixar registrado que estivemos, no domingo, no Gama, realizando uma bela ação. É de lá um atleta de *kickboxing*, parceiro nosso, que é campeão mundial peso leve da Wako. É o Guilherme Monteiro Silva, conhecido como Cabelo Monteiro.

Quero deixar registrado nesta casa o reconhecimento a esse atleta, que também é entregador. Ele realiza um trabalho extenso no território e, no tempo livre, ainda treina e trouxe para cá o cinturão.

Estamos, então, propondo uma moção de louvor para esse atleta do Gama, o nosso Cabelo Monteiro.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. Meus parabéns

ao atleta. Isso é importante para nós. Com certeza, ele leva uma vida difícil e, mesmo assim, consegue se superar.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Presidente, estamos vivendo uma situação inacreditável e altamente lamentável no Brasil.

Quero falar do endividamento das famílias em função desses malditos jogos que estão nessas máquinas, inclusive no celular. Li há pouco uma matéria no Metrôpoles sobre um sujeito bastante novo, chamado Manoel, que ficou milionário com o jogo do Tigrinho. Mas não foi jogando, foi roubando dos jogadores. Esse elemento é do meu estado, o Maranhão, mas está baseado no Piauí. Ele tem até um avião que foi usado para ir a um desses paraísos fiscais que há por aí.

Eles voltaram com 5 malas que não passaram pela alfândega. O Ciro Nogueira, o Hugo Motta e outros estavam nesse avião. Portanto, é preciso que a sociedade, o Brasil inteiro, se levante contra esses jogos. Eles estão destruindo famílias. Pessoas estão endividadas em função disso.

O país proíbe cassinos – e está certo em proibir –, mas permite essa jogatina nos celulares. Há pessoas que pegam o dinheiro da comida, jogam-no nessa lástima, e a família fica sem ter o que comer. Há casos de suicídio. Tenho um amigo comerciante, proprietário de restaurante, que me disse que o melhor funcionário que ele tinha era um cozinheiro que se viciou tanto nesses jogos, que acabou perdendo tudo e desarrumou completamente a família. Esse amigo disse que conseguiu, em um primeiro momento, um tratamento para esse cidadão, mas que depois ele voltou a jogar e terminou se suicidando.

Boa parte das pessoas superendividadas de hoje o estão por causa dessa lástima. Portanto, é preciso que igrejas, sindicatos, câmaras de vereadores, assembleias legislativas e o Congresso Nacional se levantem contra isso. O Brasil não pode ser o país da jogatina, não pode continuar mergulhado nesta triste destruição das famílias, que são esses jogos eletrônicos. Isso é uma praga que todos nós temos que combater, pois está destruindo a nossa sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Eu e o Maurício estamos tratando da questão da liberação das emendas, líder deputado Hermeto. Acabei de falar com o secretário de Economia, Valdivino de Oliveira, que é um amigo, uma pessoa que eu conheço e em quem confio. Ele me garantiu que, conforme foi acordado, ainda hoje, ele liberará essas emendas.

Colegas deputados, há projetos importantes para serem votados. O governo está fazendo um gesto que eu entendo como importante. Eu acredito na palavra do secretário. Ele disse que está demorando um pouquinho em razão do sistema, mas que, daqui a pouco, essas emendas estarão liberadas.

Assim, peço aos colegas parlamentares que venham ao plenário, para iniciarmos o processo de votação.

Obrigado.

Obrigado, Maurício, que está ajudando na interlocução.

Quero informar que o deputado João Cardoso não está aqui porque vai ser vovô de novo. Por esse motivo, não está presente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, quero registrar um fato importante, ocorrido no dia de ontem, que foi a eleição do senhor José Aparecido para um novo mandato na Federação do Comércio do Distrito Federal.

O Aparecido é uma pessoa que eu conheço profundamente; é um empresário e um homem que não tem inimidade no Distrito Federal. Todos nós, os da esquerda e aqueles que se reivindicam

da direita, admiramos o trabalho que o José Aparecido tem feito na Fecomércio-DF, dirigindo o Sesc e o Senac, juntamente com o Valcides e o Vítor. Eles montaram, realmente, uma equipe de primeira e têm feito um trabalho excepcional aqui no Distrito Federal.

Portanto, quero parabenizar o José Aparecido pela vitória e dizer que, mais uma vez, coloco o meu mandato à disposição das boas causas do Sesc, do Senac e da Fecomércio-DF nesta casa.

Parabéns ao José Aparecido pela vitória, por unanimidade, na eleição de ontem.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, enquanto aguardamos o quórum, quero dizer que estamos na véspera do 1º de Maio, Dia do Trabalhador – e da trabalhadora.

O presidente Lula deve anunciar alguns programas muito importantes para a classe trabalhadora brasileira. O primeiro é o Desenrola 2, para renegociar as dívidas de cartão de crédito, cheque especial e empréstimos daqueles e daquelas que ganham até 5 salários mínimos, com desconto de 40% a 90% da dívida. Essa é mais uma ação importante do governo federal.

Nós subimos novamente à tribuna para cobrar que tanto o Governo do Distrito Federal quanto o BRB cumpram a lei e, inclusive, a determinação da Senacon, a Secretaria Nacional do Consumidor, que já publicou uma orientação e um documento com determinações para que o BRB não continue praticando o abuso cometido contra seus correntistas, confiscando todo o salário daqueles e daquelas que possuem dívida com o banco.

O presidente Lula, de novo, dá exemplo de como tratar os direitos dos trabalhadores e também de como disputar com o sistema bancário e com o sistema financeiro a redução dos juros, que é necessária, dando condições e benefícios para quem, de fato, produz riqueza no Brasil e no mundo, presidente: a classe trabalhadora.

Quero reforçar também mais uma ação do governo federal, a disputa –necessária – pelo fim da escala 6x1, que é desumana, ilegal e que condena as famílias brasileiras a uma jornada exaustiva, a uma jornada que não dá às pessoas tempo para cuidar de casa, cuidar da saúde, cuidar dos estudos e que condena a maioria dos trabalhadores neste país ao trabalho muitas vezes precarizado.

Faço, nesta tribuna, este pedido para o conjunto dos partidos, dos parlamentares e daqueles que têm compromisso com a classe trabalhadora: engajem-se nessa agenda e pressionem a nossa bancada do Distrito Federal, no Congresso Nacional, a votar, imediatamente e urgentemente, o fim da escala 6x1, sem redução de salário. Vamos dar de presente mais um direito, fruto da luta da classe trabalhadora, no Dia do Trabalhador – e da trabalhadora –, e avançar na jornada de trabalho no Brasil.

Obrigado, presidente. Quero anunciar e deixar registradas essas importantes medidas do governo do presidente Lula.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, diante de tantas notícias ruins que ouvimos todos os dias – tanto aqui quanto nas manchetes, nos jornais e em toda parte –, eu tenho uma notícia muito boa para mim, para a minha família, para aqueles que me acompanham, meus amigos. Nasceu a minha netinha, Laurinha.

Deputado Wellington Luiz, vossa excelência já não vai fazer mais inveja em mim, porque agora estamos empatados: eu agora sou vovô! Está registrado aqui, oficialmente, que agora eu sou vovô da Laurinha. Ela nasceu anteontem, está com 2 dias. Nasceu saudável, com saúde. Estou muito feliz. Chegou Laura Cristina, minha netinha, minha primeira neta! Quero agradecer todas as orações e agradecer o compartilhamento desta grande alegria.

Todo mundo falava que ser vovô é bom. Vossa excelência falava isso e ficava nos fazendo

inveja, deputado Wellington Luiz. Eu falei: "Vou também competir com o deputado Wellington Luiz nesse ponto". Agora nós estamos iguais, viu? Sou vovô também. Obrigado pelo carinho.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Seja bem-vindo ao grupo mais feliz que existe, que é o do vovô! Parabéns, deputado Iolando. Que Deus abençoe a Laura e dê muita saúde a ela. Pode ter certeza de que vossa excelência vai babar igual eu babo. É bom demais!

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – É o que eu ouço.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Aproveitando esse momento familiar, deputado Iolando, informo que eu também queria ser avô. Eu só tenho 1 filho, que está com 28 anos, mas até agora nada. Mas tenho fé que eu vou ser avô com 60 anos. (Risos.)

Quero aproveitar para parabenizar o deputado Chico Vigilante. Eu sempre vejo o Instagram do deputado Chico Vigilante e, hoje, ele estava tomando um café muito especial para comemorar seus 45 anos de casado. Foi um café especial que a esposa preparou para ele.

Ele falou ainda que saiu do Maranhão ainda garotão, que lá estava chovendo e com sol e que pegou um ônibus. A sogra dele era a favor do casamento, mas o sogro não era. Hoje ele completa 45 anos com a dona Lindalva. Parabéns, deputado Chico Vigilante! Neste mundo em que há casamento que dura 1 ano, 2 anos, 3 anos, vossa excelência está completando 45 anos de casado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto. Estávamos falando de ser avô. O deputado João Cardoso já deve estar no 25º neto, porque ele tem esse tanto de filhos! Pelo menos 20 netos ele tem que ter, não é possível. Que Deus abençoe o novo netinho ou netinha que está chegando à família do deputado João Cardoso!

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias.

(Os líderes se manifestam favoravelmente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Incluo como item extrapauta o Projeto de Lei nº 2.302/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Autoriza o Poder Executivo a aderir à cooperação financeira com a União, nos termos da Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, que instituiu o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis, nas condições que especifica, e dá outras providências.*

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu peço recomposição do quórum, para que nós não tenhamos nenhuma dúvida com relação ao quórum exigido.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Enquanto fazemos a recomposição do quórum, quero registrar e agradecer a presença dos estudantes e professores do Centro de Ensino Fundamental 5 de Brasília, participantes do Programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam muito bem-vindos, todos vocês.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Estão presentes 13 deputados.

Apreciação, em bloco, dos vetos seguintes:

Veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.014/2025, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que *Reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras e demais recursos de expressão a ela associados como meio legal de comunicação e expressão* – veto parcial aos incisos I e II do art. 3º.

Veto total ao Projeto de Lei nº 439/2019, de autoria do deputado Jorge Vianna, que *Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.855/2025, de autoria do deputado Jorge Vianna, que *Dispõe sobre a disponibilização de equipamentos de proteção individual – EPIs a monitores de gestão educacional e educadores sociais voluntários da rede pública de ensino do Distrito Federal*.

Veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.949/2021, de autoria do deputado Robério Negreiros, que *Dispõe sobre a fisioterapia de reabilitação para mulheres mastectomizadas, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências* – veto parcial ao art. 3º.

Veto parcial ao Projeto de Lei nº 556/2023, de autoria do deputado Robério Negreiros, que *Institui a obrigatoriedade de contratação de mão de obra proveniente do Programa RENOVA DF, em contratos administrativos de execução de obras do Governo do Distrito Federal* – veto parcial ao art. 5º.

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.634/2025, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que *Dispõe sobre a manutenção das gratificações dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal que sejam remanejados para outras funções dentro do serviço público*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.578/2025, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que *Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de monitoramento em sessões clínicas que tratam de pessoas com deficiência no Distrito Federal*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 948/2024, de autoria do deputado Hermeto, que *Dispõe sobre a obrigação do companheiro agressor de ressarcir a vítima de violência doméstica no Distrito Federal*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.048/2024, de autoria do deputado Hermeto, que *Cria Estúdios Sociais de Gravações Gratuitos para músicos locais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal e dá outras providências*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.177/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que *Declara o livre exercício da profissão de professor de educação física nas escolas públicas e privadas da Rede de Ensino de Educação Básica do Distrito Federal, em conformidade com a Constituição Federal, art. 5º, IX e XIII e art. 170, parágrafo único, e dá outras providências*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.251/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que *Dispõe acerca das condições mínimas de estrutura das Unidades Escolares da Rede Pública do Distrito Federal*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 532/2023, de autoria do deputado Max Maciel, que *Fica instituído o Programa Cozinha Solidária Distrital, que dispõe sobre a distribuição de alimentação gratuita preferencialmente à população em situação de vulnerabilidade e risco social, incluindo a população em situação de rua, visando à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional, de assistência social, efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.138/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que *Institui a Política Distrital de Atenção às Emergências Climáticas, Prevenção aos Desastres Ambientais e Combate ao Racismo Ambiental*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.771/2025, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que *Dispõe sobre as diretrizes para implantação de Delegacias Especializadas em Proteção à Pessoa Idosa no âmbito do Distrito Federal*.

Veto total ao Projeto de Lei nº 2.279/2021, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que *Dispõe sobre a exibição de informações sobre pontos turísticos de Brasília nas telas de cinema no Distrito Federal*.

Veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 37/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que *Dispõe sobre a concorrência leal entre os agentes econômicos para coibir eventuais desequilíbrios desleais e dolosos na concorrência do mercado no âmbito do Distrito Federal, identificando o sujeito passivo tributário (contribuinte) considerado como devedor contumaz, e dá outras providências.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 2.003/2025, de autoria da deputada Doutora Jane, que *Institui o Programa Beleza Legal DF, que estabelece diretrizes de apoio, capacitação, saúde e formalização das profissionais e microempendedoras do setor de beleza, estética e cuidados pessoais no Distrito Federal.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.339/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que *Altera a Lei nº 6.623, de 25 de junho de 2020, que "dispõe sobre a concessão do Aluguel Social às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal e dá outras providência".*

Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 100/2026, de autoria do Poder Executivo, que *altera a Lei nº 5.594, de 28 de dezembro de 2015, que "institui o Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA"; a Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, que institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controle Interno e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 982, de 18 de janeiro de 2021, que institui o Fundo de Modernização, Manutenção e Reparelhamento dos Órgãos de Auditoria de Atividades Urbanas e de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas – Fundafau e dá outras providências – veto parcial ao art. 3º.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.612/2025, de autoria do deputado Pepa, que *Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos professores lotados nas coordenações regionais de ensino do Distrito Federal que desempenham atividades educativas de direção de unidade escolar, de coordenação e assessoramento pedagógico, ocupantes de cargos em comissão ou não, para fins de aposentadoria especial.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.156/2024, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que *Estabelece princípios e diretrizes para a instalação de jardins terapêuticos em unidades hospitalares, asilos, casas de repouso e centros de reabilitação no Distrito Federal e dá outras providências.*

Veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.053/2024, de autoria do deputado Joaquim Roriz Neto, que *Institui protocolo de gestão de crise no enfrentamento de doenças sazonais no Distrito Federal – veto parcial ao §1º, incisos I, II, III, IV e V; §2º, incisos III e IV; §3º do art. 4º; arts. 5º, 6º, 7º e 8º.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.654/2025, de autoria do deputado Joaquim Roriz Neto, que *Institui o Programa de Benefício Econômico-Social denominado Cartão-Feira e dá outras providências.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 388/2023, de autoria do deputado Daniel Donizet, que *Institui o Código de Direitos e Bem-estar Animal no Distrito Federal.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.753/2021, de autoria do deputado Daniel Donizet, que *Dispõe sobre a criação da Farmácia Veterinária Popular do Distrito Federal e dá outras providências.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 3.062/2022, de autoria do deputado Chico Vigilante, que *Dispõe sobre a concessão de benefício de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal e dá outras providências.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.517/2025, de autoria do deputado Chico Vigilante, que *Institui os Centros de Atendimento Especializado para Idosos – CEAI no Distrito Federal e dá outras providências.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 963/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que *Dispõe sobre a implantação de faixa elevada para travessia de pedestre em frente a unidades de saúde e de educação.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.537/2025, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que *Altera a Lei nº 6.733, de 25 de novembro de 2020, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de a rede de hospitais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal assegurar a realização do teste de mapeamento genético às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama", para incluir os cânceres hereditários de ovário, colorretal, próstata, endométrio e pâncreas nos testes de mapeamento genético realizados pelo Serviço de Referência de Genética de Doenças Raras do Distrito Federal.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.540/2025, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que *Altera a Lei nº 4.190, de 6 de agosto de 2008 que assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da rede pública de saúde do Distrito Federal o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada, para ampliar o rol de detecção de doenças metabólicas, genéticas, infecciosas e imunológicas.*

Veto total ao Projeto de Lei nº 312/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que *Dispõe sobre a responsabilização administrativa em caso de "práticas", "esforços" ou terapias de "conversão" da orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero no Distrito Federal.*

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, requeiro destaque, para votação em separado, do veto ao Projeto de Lei nº 312/2023, de autoria do deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Defiro o requerimento.

Faremos a apreciação em bloco dos vetos parciais e totais lidos em plenário.

Os deputados que desejarem destaque deverão solicitá-lo antes da votação.

Fica destacado, pelo deputado Pastor Daniel de Castro, o veto total ao Projeto de Lei nº 312/2023, de autoria do deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu quero fazer uma troca do projeto de minha autoria. Solicito a apreciação do veto ao Projeto de Lei nº 1.803/2025, a Mensagem nº 257, que *Estabelece a Lei de Defesa dos Usuários do Serviço de Iluminação Pública no Distrito Federal e dá outras providências.* Eu acho que há consenso com o deputado Pastor Daniel de Castro sobre este projeto. Peço a troca do projeto para apreciação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acato a solicitação de vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, quero esclarecer ao deputado Pastor Daniel de Castro que estamos fazendo a troca do projeto de apreciação de veto. Apreciaremos o veto ao Projeto de Lei nº 1.803/2025, que *Estabelece a Lei de Defesa dos Usuários do Serviço de Iluminação Pública no Distrito Federal e dá outras providências.* Eu acho que há consenso para apreciação em bloco os vetos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acato a solicitação para substituição do referido veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, nós temos um entendimento no Colégio de Líderes de votar proposições de quem está aqui no plenário da Câmara Legislativa. Isso é para incentivar que os deputados venham e permaneçam na sessão.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, eu concordo com vossa excelência. A minha preocupação é apenas porque, como a apreciação é feita em bloco, isso vai virar uma confusão muito grande.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – É só retirar da apreciação os 2 vetos a projetos de autoria dos deputados que não estão presentes.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Mas os projetos já foram lidos. Deputado Chico Vigilante, não deixe o ódio do deputado Pepa alcançar o seu coração. (Risos.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Não, eu estou de boa, tranquilo.

Presidente, nós vamos tolerar desta vez, mas que fique patenteado que só se pode votar projeto de quem está presente no plenário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Chico Vigilante tem razão. Não é justo, mas, com a sensibilidade do deputado Chico Vigilante, desta vez passa.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, não tenho raiva, não tenho chateação. A questão não é essa. A questão maior é que nesta casa, em todos os pontos – eu concordo com o meu companheiro de partido, o deputado Pastor Daniel de Castro –, em todos os momentos aqui, nós temos que ser respeitados. E há demonstrações bem claras de que nesta casa, em alguns momentos, seja pelo Executivo ou seja por quem for, nós não somos respeitados. É só isso que eu quero dizer. O pior é que nós temos que empinar a carroça para sermos respeitados nesta casa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pepa.

Incluo na apreciação, em bloco, o veto total ao Projeto de Lei nº 1.803/2025, de autoria do deputado Fábio Félix, que *Estabelece a Lei de Defesa dos Usuários do Serviço de Iluminação Pública do Distrito Federal e dá outras providências*.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu acho que seria importante o deputado Pepa pontuar quem o desrespeitou, até para que nós possamos nos somar a ele, no sentido de cobrar que ele seja respeitado. Eu sou solidário ao deputado, mas quero saber quem o andou desrespeitando, porque eu quero ficar ao lado dele.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu sabia que isso ia dar confusão.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (PP) – Deputado Chico Vigilante, obrigado pela solidariedade, mas é uma questão minha. Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Se o assunto é seu, não o traga para o plenário.

DEPUTADO PEPA (PP) – Trago-o para o plenário porque também é uma prerrogativa minha trazê-lo, porque se refere a isto aqui. Mas eu não quero e pronto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pepa.

Apreciação, em bloco, dos vetos aos projetos já lidos anteriormente.

Em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam os vetos que votem “sim” e aos que os rejeitam que votem “não”.

O acordo é para a rejeição dos vetos.

(Realiza-se a votação nominal.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu quero fazer um apelo a vossa excelência. Nós estamos em acordo para votar esse projeto da isenção, sobre o acordo que todos os estados estão fazendo, em solidariedade à União, em relação ao combustível. Mas há outro projeto, presidente, que está na ordem do dia, para o qual nós ainda não olhamos com o olhar apurado. E a informação que eu tenho até agora é que ele poderá gerar uma renúncia fiscal de R\$800 milhões.

Portanto, diante da situação que o Distrito Federal vive, com contingenciamento de recursos, com cortes em todos os contratos, eu peço a vossa excelência que esse projeto não seja votado, para que possamos analisá-lo após o feriado e verificar se cabe ou não a sua aprovação neste momento de dificuldade que o Distrito Federal vive.

Presidente, esta é a minha sugestão: que ele seja retirado da ordem do dia e que votemos o projeto do ICMS dos combustíveis.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Deputado Chico Vigilante, o prazo vence amanhã. Trata-se apenas de uma prorrogação. Não estamos votando um novo projeto com renúncia; estamos apenas prorrogando o que já existe. Só isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Mas, deputado Hermeto, são muitos convênios.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Mas, deputado Chico Vigilante, isso já está vinculado. Nós vamos apenas prorrogar por mais um pouco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Mais um pouco quanto? Isso vai atingir o próximo governo, que nós nem sabemos de quem será.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Lembro que estamos em processo de votação dos vetos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, antes de vossa excelência proclamar o resultado, eu gostaria de dizer que o deputado Hermeto está correto em falar que são isenções para prorrogação. Porém, há um problema: mudança de contexto. A governadora está mandando cortar 25% dos contratos do Distrito Federal. São muitos contratos, inclusive na área da assistência social. É um pente-fino.

Já que vamos rever muitas coisas, temos que rever a isenção fiscal em algumas áreas, não em todas. Algumas áreas têm viés social, mas temos que analisar os processos.

Então, eu acho prematuro votarmos a prorrogação nesta sessão, visto que não tivemos a possibilidade de debater o tema com mais afinco. Eu vejo isso com preocupação. Se o governo está indo no sentido do contingenciamento, como vamos abrir mão de recursos? Sei que são prorrogações. No entanto, o contexto mudou, temos que discutir contrato por contrato.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Os vetos estão derrubados com 17 votos pela rejeição. Esse é o resultado da votação.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.302/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Autoriza o Poder Executivo a aderir à cooperação financeira com a União, nos*

*termos da Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, que instituiu o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis, nas condições que especifica, e dá outras providências.*

Existem pareceres pendentes. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.302/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Autoriza o Poder Executivo a aderir à cooperação financeira com a União, nos termos da Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, que instituiu o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis, nas condições que especifica, e dá outras providências.*

Presidente, o parecer é pela admissibilidade do projeto de lei.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Designo o deputado Chico Vigilante como relator pela CCJ.

Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.302/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Autoriza o Poder Executivo a aderir à cooperação financeira com a União, nos termos da Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, que instituiu o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis, nas condições que especifica, e dá outras providências.*

Presidente, o meu parecer é pela admissibilidade do projeto de lei, tendo em vista que não vislumbrei nada nele que fira a Constituição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres estão aprovados com a presença de 18 deputados. Esse é o resultado da votação.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.302/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto de lei que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados. Esse é o resultado da votação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, já que temos quórum hoje, eu gostaria de pedir a vossa excelência que votemos o projeto que tira os terrenos da Serrinha do Paranoá e da saúde da proposta de socorro ao BRB. Há acordo sobre esse projeto. Vamos aprová-lo já que estamos em acordo!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação de vossa excelência e determino que o referido projeto seja incluído na ordem do dia.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, solicito que esse projeto seja o próximo item a ser votado, já que estamos questionando o outro, de renúncia fiscal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação de vossa excelência e determino que o referido projeto seja o próximo item a ser votado.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.246/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Dispõe sobre o encerramento da liquidação e a extinção da PROFLORA S.A. – Florestamento e Reflorestamento (em liquidação), a sucessão pelo Distrito Federal, providências.*

Existem pareceres pendentes. A CDESCTMAT, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Designo a deputada Doutora Jane como relatora pela CDESCTMAT.

Solicito à relatora da CDESCTMAT, deputada Doutora Jane, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 2.246/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Dispõe sobre o encerramento da liquidação e a extinção da PROFLORA S.A. – Florestamento e Reflorestamento (em liquidação), a sucessão pelo Distrito Federal, providências.*

Presidente, o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo é pela aprovação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.246/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Dispõe sobre o encerramento da liquidação e a extinção da PROFLORA S.A. – Florestamento e Reflorestamento (em liquidação), a sucessão pelo Distrito Federal, providências.*

O projeto de lei determina o encerramento definitivo da liquidação e a extinção da Proflora S.A., com a consequente extinção de seus órgãos e mandatos.

Em nome desta comissão, manifesto voto pela admissibilidade do projeto. É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Designo o deputado Iolando.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Iolando, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, enquanto o deputado Iolando procura o parecer, esclareço que realizamos hoje a sabatina da nova procuradora indicada para a Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Considerando que a indicação foi aprovada por unanimidade na CCJ, proponho a vossa excelência, se o líder do governo estiver de acordo, que votemos o projeto de decreto legislativo de indicação da procuradora. A aprovação foi unânime na CCJ.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, houve um acordo ontem para que esse projeto fosse votado na próxima semana. Contudo, se os deputados

desejarem votá-lo hoje, de minha parte, não há impedimento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Tendo em vista que a CCJ já aprovou...

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – De minha parte, tudo bem. Podemos votar o da Serrinha e, depois, discutir o outro, que vossa excelência sugeriu não votar hoje. Inclusive precisamos discutir isso com o líder, em razão do prazo. Também é possível incluir o projeto referente à nomeação da procuradora, doutora Diana, o PDL nº 450/2026.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.246/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Dispõe sobre o encerramento da liquidação e a extinção da PROFLORA S.A. – Florestamento e Reflorestamento (em liquidação), a sucessão pelo Distrito Federal, providências.*

Presidente, pela Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.246/2026. Este é o parecer da comissão.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres estão aprovados com a presença de 18 deputados. Esse é o resultado da votação.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.246/2026.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, a extinção da Proflora se arrasta desde 1989, há quase 40 anos. É uma novela interminável que consome o dinheiro público.

A Proflora foi criada em 11 de novembro de 1972 como empresa privada, mas com dinheiro de empresas públicas do Distrito Federal, sendo o BRB a maior delas. Com a Lei Federal nº 6.394, de 9 de dezembro de 1976, a empresa foi estatizada, passando o Distrito Federal a ter 51% de suas ações. A Lei Distrital nº 49, de 25 de outubro de 1989, aprovada ainda pelo Senado Federal, mandou extinguir a Proflora.

A Lei Distrital nº 70, de 25 de dezembro de 1999, permitiu a redistribuição dos servidores para a Fundação Zoobotânica, mas foi considerada inconstitucional pelo STF. Em 14 de março de 2000, foi editada a Lei nº 2.533, mandando extinguir a Proflora outra vez, mediante incorporação à Terracap, em 1º de junho de 2001. Nada foi feito.

Em seguida, veio a Lei nº 5.241, de 16 de dezembro de 2013, retomando a ideia de extinguir a Proflora por meio de liquidação, que também não prosperou. Agora, o projeto de lei do Executivo declara:

“Art. 1º Fica encerrado o processo de liquidação e extinta a Proflora S.A. – Florestamento e Reflorestamento – em liquidação –, sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Distrito Federal.

[...]

Art. 2º A partir da data de entrada em vigor desta lei, o Distrito Federal sucede a extinta Proflora S.A., de forma universal e automática, em todos os seus direitos, bens, obrigações e relações jurídicas”.

Para que isso seja feito, serão gastos R\$3.130.821. Essa é a história da Proflora.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, o senhor citou anteriormente os projetos que seriam votados hoje. Há um projeto de minha autoria – acredito que seja o item nº 8

da ordem do dia – que trata do Dia dos Rolimistas. Já havia falado da urgência dele, em razão de o evento ocorrer no dia 1º de maio. Solicito que esse item não saia da ordem do dia de hoje. Solicito que o senhor não se esqueça, por favor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, gostaria de dizer da minha alegria e satisfação neste dia tão especial em que estamos recebendo uma figura tão importante – em nível mundial – do nosso ministério, Ministério Assembleia de Deus de Madureira: o querido ex-deputado estadual pastor Dilmo, que aqui está e representa o nosso bispo-executivo, doutor Samuel Ferreira.

O pastor Dilmo, que nos visita nesta tarde, já foi deputado, dirige a igreja em Piracicaba e nos Estados Unidos, é vice-presidente da convenção do estado de São Paulo, presidente da convenção na Paraíba e representa o bispo Samuel Ferreira. Ele está acompanhado do pastor Davi Nacif.

O pastor Dilmo é o coordenador político nacional da igreja, e o pastor Davi Nacif é o coordenador no Distrito Federal. Registro a alegria de recebê-lo aqui, querido pastor Dilmo. É uma honra para esta casa receber vossa excelência.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. Faço das suas as minhas palavras, dando boas-vindas aos nossos pastores. É uma honra recebê-los em nossa casa, acompanhados do nosso primeiro-secretário, deputado Pastor Daniel de Castro. Obrigado, amigo, pelas ilustres presenças.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, hoje pela manhã, fizemos na CCJ a sabatina da nobre doutora Diana de Almeida, que terá a responsabilidade de assumir o cargo de procuradora-geral do Distrito Federal. A sabatina foi muito boa, foram quase 3 horas de diálogo. Ficou nítido o preparo dela para o cargo, com conhecimento técnico em mais de 30 anos de trabalho na Procuradoria.

Ela também trabalhou 10 anos na área da saúde, é uma pessoa bastante experiente. Ficou totalmente comprovado que ela tem embasamento, conhecimento técnico e experiência para representar bem o Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Peço a vossa excelência que coloque em votação, o mais rápido possível, o projeto. Ela está na Câmara Legislativa desde cedo, desde a manhã, e está aguardando essa votação.

Essa é a minha fala, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão do Projeto de Lei nº 2.246/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 18 deputados. Esse é o resultado da votação.

Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.295/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. –*

*BRB, e dá outras providências”.*

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAF, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da CAF, deputada Jaqueline Silva, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Designo o deputado Hermeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Hermeto, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 2.295/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB, e dá outras providências”.*

O parecer é pela aprovação do mérito do Projeto de Lei nº 2.295/2026, no âmbito dessa comissão, acatando a Emenda nº 6, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 8. Informo que as Emendas nºs 3 e 7 foram canceladas.

Esse é o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.295/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB, e dá outras providências”.*

O projeto de lei visa alterar a lei para mudar a lista de imóveis públicos que podem ser cedidos ao BRB. O projeto retira 2 lotes da lista de 9 áreas. Os referidos lotes possuem restrições de ordem ambiental ou contra sua destinação.

A aprovação da matéria não gera impacto orçamentário-financeiro aos cofres públicos do Distrito Federal, razão pela qual manifesto o voto pela sua admissibilidade com a Emenda nº 6, e com a rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 8.

É o parecer.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 8.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Defiro o requerimento.

Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.295/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB, e dá outras providências”.*

Presidente, estou proferindo o nosso parecer, acatando todas as emendas, ou seja, a Emenda nº 1, que trata do terreno da Novacap; a Emenda nº 2, que trata do terreno da Secretaria de Educação e do terreno da Secretaria de Economia – a Emenda nº 3 foi retirada –; a Emenda nº 4, que diz respeito ao terreno da CEB; a Emenda nº 5, referente ao terreno da Caesb, bem como a Emenda nº 8, apresentada pelo deputado Fábio Félix.

Portanto, o nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto, com o acatamento das emendas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, deputados, deputadas e quem acompanha a Câmara Legislativa, estamos votando uma matéria de extrema importância, porque estamos retirando terrenos do projeto de salvação do BRB. São 2 terrenos que, lá atrás, já tínhamos avisado que eram problemáticos. Esta casa votou mais um projeto extremamente equivocado, do nosso ponto de vista, enviado pelo Governo do Distrito Federal, ainda na gestão do governador Ibaneis. Digo isso porque ele criava mais um problema, e não resolvia o problema do BRB!

Dessa forma, o movimento social, especialmente o movimento ambientalista do Distrito Federal, obteve uma vitória extraordinária, porque mostrou que a Serrinha do Paranoá deve ser preservada. A Serrinha do Paranoá agora está sendo retirada do projeto. Isso gerou um imbróglio jurídico tão grande que não se encontrava, no Tribunal de Justiça, um desembargador que garantisse a constitucionalidade do tema, em razão da dúvida jurídica sobre ele. Houve declaração de suspeição e problemas jurídicos relacionados a esse tema.

Portanto, é importante dizer que houve uma vitória do movimento social, que está acontecendo aqui hoje. O que esta casa está fazendo é sacramentar a vitória do movimento Preserva Serrinha, do movimento ambientalista do Distrito Federal, com a retirada da Gleba A, que corresponde à Serrinha do Paranoá, uma área de proteção ambiental, uma área de nascente, como tínhamos falado desde o início do projeto.

Então, é importante registrar essa vitória do movimento, com a chegada do projeto à Câmara Legislativa e sua aprovação na data de hoje.

Também estamos adicionando uma condicionante, que é a Emenda nº 8, proposta pelo deputado Max Maciel, por mim e pela deputada Dayse Amarílio, para garantir as condições de preservação. Já que é uma área de nascente e de preservação, não tem que haver ocupação humana na Gleba A. Ela tem que ser respeitada como área de preservação. Essa é a questão! Presidente, estamos incluindo isso em uma emenda aditiva ao projeto para que haja a preservação da área e para que a Seduh-DF proceda às devidas deliberações para mudança das questões urbanísticas na área.

Esse é o direcionamento que estamos dando como emenda. Queremos pedir o apoio dos deputados para que possamos garantir a aprovação da Emenda nº 8. Também registramos apoio ao deputado Chico Vigilante para a retirada dos demais terrenos. Esta casa deve ajudar, sim, a salvar o BRB, desde que haja um processo e um procedimento viáveis de salvamento do BRB, e não da forma como isso está colocado hoje.

Registro que esta é uma vitória extraordinária da Serrinha do Paranoá, uma vitória do movimento ambientalista. Estamos começando a fazer justiça ao que falamos lá atrás: esse projeto apresentado pelo governador Ibaneis não era a solução para o BRB, e a utilização de um terreno de proteção ambiental, que é o terreno da Serrinha do Paranoá, não era a solução para salvar o BRB. É uma vitória o que está sendo aprovado aqui hoje, com certeza, e que seja só o primeiro passo na defesa do patrimônio público do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, primeiro, parabênz, em nome da Lucinha Mendes, toda a comunidade da Serrinha; o Fórum de Defesa das Águas, do Clima

e do Meio Ambiente do DF; a associação Preserva Serrinha; a população de Brasília; os pesquisadores; os professores da UnB; as entidades; os movimentos ambientalistas e os institutos de pesquisa e proteção ao Cerrado. Quero agradecer-lhes. Eles se mobilizaram muito nesse processo para defender a nossa cidade e denunciaram o tempo inteiro o equívoco do Governo do Distrito Federal de apresentar o projeto de lei que não salvava o BRB, mas que condenava e condena Brasília.

São vários os problemas daquele projeto que esta casa aprovou e que está, inclusive, com ação judicial sobre a sua constitucionalidade. É importante destacar que esse projeto de lei agora é uma vitória parcial da mobilização, porque retira 2 lotes: o da Serrinha, fundamental para esta cidade; e o da Secretaria de Saúde, onde hoje funciona a farmácia central.

Porém, ainda estão no projeto – e esse é o motivo das emendas – o lote da Caesb, o lote da Novacap e lotes onde funcionam hoje a Receita do Distrito Federal, que é muito importante para o aumento da arrecadação da cidade neste momento de crise em que nós estamos vivendo.

Por isso, nós estamos defendendo as emendas que a nossa bancada apresentou junto com a emenda da bancada do PSOL-PSB. Existe, inclusive, uma mobilização nacional por uma moção, apresentada no Conselho do ICMBio, para transformar aquela área da Gleba A da Serrinha numa unidade de conservação de parque nacional, para que não haja ocupação humana, para que não fique sujeita à pressão da especulação imobiliária e para que haja uma vitória definitiva das águas, dos recursos hídricos e do meio ambiente dessa região tão importante de nascentes e de preservação ambiental do Distrito Federal.

Celebramos hoje, presidente, uma vitória importante, porém parcial, na defesa de Brasília, na defesa do BRB.

Nós avisamos aqui várias vezes que aquele projeto de lei que o governo mandou para esta casa não salvava o BRB, era ilegal, tinha problemas, tinha várias dificuldades e ainda iria encontrar obstrução na justiça em razão das suas ilegalidades. Hoje corrigimos uma parte importante dessas ilegalidades. Estamos defendendo as emendas para avançar ainda mais e proteger a nossa cidade.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, quero fazer um registro em nome do nosso bloco. A deputada Dayse Amarilio, que faz parte do nosso bloco, está licenciada por uma questão de saúde. Ela não está ausente da sessão por outra questão pessoal; ela está licenciada oficialmente por questão de saúde. Quero fazer este registro, pois quem acompanha a Câmara Legislativa sabe que a deputada Dayse Amarilio sempre está presente em todas as votações importantes nesta casa, mas hoje, excepcionalmente, ela não pôde vir para votar esse projeto. Com certeza ela estaria votando favoravelmente, porque ela também lutou muito para que a Serrinha fosse retirada desse projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. Desejo melhoras à nossa deputada Dayse Amarilio, sempre muito presente, como vossa excelência destacou.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres estão aprovados com a presença de 18 deputados. Esse é o resultado da votação.

Deferido o requerimento de destaque, passa-se à apreciação do texto-base da proposição.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.295/2026, ressalvados os destaques.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, o último parecer foi da CCJ. Portanto, do meu ponto de vista, está valendo o acatamento das emendas que nós fizemos pela CCJ. Não houve destaque das emendas. As emendas fazem parte agora do corpo do projeto. Ninguém as destacou. Portanto, está valendo o que foi aprovado na CCJ.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, a informação da assessoria é que, em razão de os pareceres terem sido divergentes, as emendas foram destacadas automaticamente, exceto a Emenda nº 6.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Mas o último parecer é da CCJ.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – As emendas foram destacadas automaticamente. Essa é a informação da assessoria.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Na votação em bloco das Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 8, destacadas, a orientação é pela rejeição.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, peço a votação individual de cada emenda, até porque quero discutir cada uma delas. É o meu direito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, vou no mesmo sentido do deputado Chico Vigilante. Eu acho que a votação de cada emenda tem que ser individualizada, para que possamos fazer o devido debate.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acato a solicitação de vossas excelências.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 18 deputados, ressalvados os destaques. Esse é o resultado da votação.

Foram destacadas as Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 8.

Passa-se à apreciação, em separado, das emendas destacadas.

Em discussão as emendas destacadas.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, esse processo está errado desde o começo. Eu já disse aqui que não há conserto, e continuo reafirmando isso.

Eu tenho respeito pelos deputados da base, mas quero ver se alguém, em sã consciência, acha que se deve deixar aquele terreno da Novacap nessa proposta. Digo isso porque o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por meio de seu conselho, falou que isso é inconstitucional. Houve uma liminar do ministro Fachin que ainda será objeto de discussão no plenário do Supremo, onde será sustentada a inconstitucionalidade. Se prevalecer, deputado Hermeto, que esse terreno da Novacap esteja à disposição do BRB, isso acabará com a Novacap, porque 84% do valor da Novacap é em

terreno.

Eu pergunto: alguém está disposto à liquidação da Novacap em função dessa roubalheira que foi feita no Banco de Brasília? Eu quero salvar o Banco de Brasília, mas não quero inviabilizar a Novacap dizendo que estamos salvando o Banco de Brasília. Isso está errado.

Por isso, apresentamos a emenda e peço o apoio desta casa para que se retire também esse terreno da Novacap do projeto.

É essa a proposição que eu fiz. A votação está destacada e eu solicito votação nominal desta emenda, a Emenda nº 1.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Somos pela rejeição, presidente. A orientação do líder do governo para a base é pela rejeição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a Emenda nº 1 destacada que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A emenda foi rejeitada com 10 votos “não” e 6 votos “sim”. Esse é o resultado da votação.

Em discussão a Emenda nº 2 destacada.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Senhor presidente, trata-se da mesma questão da emenda apreciada anteriormente. No Setor de Indústria e Abastecimento do Distrito Federal, há um terreno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, onde funciona uma série de atividades da secretaria. Vamos deixar esse terreno à disposição para ser vendido na bacia das almas?

A mesma coisa acontece com a Emenda nº 2 em relação ao terreno da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. É um terreno gigante que está no projeto. Por que não retirar esse terreno do projeto? A quem interessa manter esse terreno dentro desse projeto, quando todos nós sabemos que esse projeto não vai salvar o BRB? Não vai salvar, até porque o Fundo Garantidor...

A própria governadora – que está buscando um empréstimo – já declarou que está tentando um entendimento com o presidente da República para que o Tesouro Nacional assumira a operação, como ocorre em empréstimos internacionais, para que o Tesouro fique responsável pelo empréstimo; ou seja, se o Governo do Distrito Federal não pagar, o Tesouro vai honrar o empréstimo. É disso que se trata. E isso é fácil para o Tesouro, porque ele poderia tirar do próprio Fundo Constitucional ou das receitas do Distrito Federal os recursos para pagar as prestações do empréstimo, o qual, diga-se de passagem, seria por 10 anos. Portanto, não há necessidade de oferecer esses terrenos como garantia. Assim, cada vez mais, o governo deixa a sua base em maus lençóis.

Estou alertando mais uma vez e, por isso, peço o apoio da bancada do governo para a aprovação da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Oriento a bancada a votar pela rejeição da emenda: “não”.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito aos deputados que aprovam a Emenda nº 2 que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A emenda foi rejeitada com 6 votos “sim” e 10 votos “não”. Esse é o resultado da votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, apenas para esclarecer à população que está assistindo a esta sessão: é importante pontuar que, se a oposição não estivesse presente em plenário, fazendo oposição, mas votando, o governo não teria como votar o projeto. Neste momento, havia 6 votos da oposição e 10 votos do governo. Para uma sessão deliberativa funcionar, é necessário o mínimo de 13 deputados em plenário, e o governo não tem, neste momento, 13 deputados. Fica demonstrada, portanto, a importância da oposição.

Não adianta, deputado Hermeto, o pessoal ficar segurando nossas emendas, porque, sem a oposição em plenário, o governo terá muita dificuldade de aprovar seus projetos – e vossa excelência, deputado Wellington Luiz, presidente desta casa, sabe disso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Em discussão a Emenda nº 4 destacada.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – A Emenda nº 4 é sobre o terreno da CEB. A CEB Distribuidora foi privatizada, mas a CEB Holding ainda ficou com o terreno no SIA altamente valorizado. Um terreno importantíssimo, fundamental até para a manutenção da CEB Holding. Se se dilapidar a CEB Holding, ela vai terminar acabando também. Agora há a CEB Ipes, que foi criada para tratar da iluminação pública.

O Edison, que era o ex-presidente, fazia toda aquela fanfarra aqui, dizendo que ia iluminar o Distrito Federal todo, que tudo seria luz de LED, mas todo canto do Distrito Federal hoje está escuro. Não é? Tudo às escuras.

Presidente, eu estava conversando hoje – aproveito a oportunidade, já que estão presentes vossa excelência e o vice – com o Marcelo, antes de abrir a sessão, que a Câmara Legislativa precisa se dirigir à CEB para iluminar o trecho entre o *Correio Braziliense*, a Câmara Legislativa e o Tribunal Regional Eleitoral. Vossa excelência já viu o breu que está ali? Está completamente escuro. Uma pessoa de fora do Brasil vê o Poder Legislativo às escuras daquele jeito, qual imagem ela terá do Poder Legislativo?

Aproveito para pedir a vossa excelência que solicite à CEB que ilumine esse trecho da Câmara Legislativa. A Câmara Legislativa não merece a escuridão da qual é vítima hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua a discussão da Emenda nº 4 destacada.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, oriento

pela rejeição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito aos deputados que aprovam a Emenda nº 4 que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”. (Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A emenda foi rejeitada com 9 votos “não” e 6 votos “sim”. Esse é o resultado da votação.

Em discussão a Emenda nº 5 destacada.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, quanto à Emenda nº 5, eu espero que vossa excelência me ajude na aprovação. Nós estamos falando do terreno da Caesb, nós estamos falando dos equipamentos da Caesb instalados no local, nós estamos falando do clube dos servidores da Caesb, que fica dentro do terreno. Nós estamos falando disso. Portanto, é muito importante que esta emenda seja acatada para que o terreno da Caesb não seja utilizado para cobrir o rombo que foi feito, para que não seja usado um terreno de alto valor agregado para cobrir um rombo que não foi feito por nós.

Há um ponto importante, presidente. Ao ler a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, verifica-se que o desembargador, relator do processo no tribunal, adotou praticamente o meu voto em separado apresentado nesta casa. Os senhores e as senhoras se lembram da leitura que fiz naquela ocasião? Portanto, o Tribunal de Justiça adotou, no parecer do desembargador, o que eu falei daquela tribuna. O Tribunal de Justiça afirmou que não foi cumprido o procedimento previsto na Lei Orgânica, como destaquei daquela tribuna; não houve audiência pública prévia nem foi demonstrado o interesse público nesse negócio dos terrenos. O Tribunal de Justiça praticamente copiou o meu voto em separado.

É importante que falemos isso à população que assiste a nós, para mostrar que não fazemos oposição por oposição. Fazemos oposição baseada em erros e ilegalidades praticados pelo Governo do Distrito Federal.

Portanto, oriento o voto a favor e espero contar com os demais deputados para livrar esse terreno da Caesb, empresa importantíssima para todos nós, do rol de terrenos a serem vendidos na bacia das almas, sem licitação. É disso que se trata.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria de debater a retirada desse terreno. Lembro que, quando votamos o projeto de lei de salvamento do BRB nesta casa, votamos praticamente sem anexos, porque a Terracap veio no mesmo dia e distribuiu uma avaliação que, do meu ponto de vista, era quase apócrifa, porque não estava formalmente incorporada ao processo.

De fato, deputado Chico Vigilante e demais deputados, não sabemos o valor real e atualizado da avaliação de cada um desses terrenos. Um vale R\$2 bilhões, o outro vale R\$1 bilhão e tanto, mas a população não tem sequer clareza sobre o valor de mercado desses terrenos.

Estamos falando agora do terreno da Caesb em uma área de alta valorização do Distrito Federal, onde existem órgãos e equipamentos públicos instalados. Além de colocar em risco o BRB, podemos colocar em risco outra empresa pública fundamental para esta cidade, a Caesb – que já se encontra ameaçada. Deputados, não há condições, neste momento, de manter o terreno da Caesb nesse projeto. Não sabemos a avaliação de mercado desse terreno, não sabemos a real situação dele e podemos prejudicar uma empresa pública intacta.

O governador Ibaneis tentou destruir várias empresas: entregou a CEB, dilapidou e destruiu o BRB. Ninguém vai ter coragem nesta casa de se inscrever para defender o governador Ibaneis, porque ele detonou o BRB a olhos nus, à luz do dia, com a omissão de muita gente. Foi isso o que ele fez. Agora estamos abrindo caminho para colocar em risco uma empresa que ainda tem patrimônio, uma empresa sólida, que é a Caesb.

Quero sensibilizar os colegas para que votemos esta emenda e para que retiremos os terrenos da Caesb. Vamos preservar uma empresa pública fundamental para esta cidade e não vamos permitir que o projeto de Ibaneis Rocha de destruição do patrimônio do DF continue em curso no Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, já é público que o governo Ibaneis assaltou o BRB, meteu a mão no dinheiro do BRB e colocou em risco a sobrevivência do banco. Ele é o grande responsável pela pior gestão da história desta cidade. É engraçado que alguns, de maneira muito animada e entusiasmada, defendiam essa gestão do BRB como sendo moderna, eficiente, salvadora do banco. Agora nós estamos vendo que, na verdade, foi uma gestão corrupta, criminosa. Assaltaram o BRB.

O Ibaneis vendeu a CEB e deixou a cidade na escuridão. Agora, nós não sabemos a razão, presidente, de ele querer entregar a Caesb para tentar salvar essa esculhambação do BRB. A Caesb, além de ser importante para a cidade, cuidar de um bem fundamental para a vida, que é a água, e cuidar do saneamento básico, ainda é uma empresa que dá lucro, presidente.

Foi publicado recentemente o balanço financeiro de 2025 da Caesb. Ela obteve lucro bruto de R\$1,2 bilhão e lucro líquido de R\$394 milhões. Eles querem entregar o terreno da Caesb para quebrá-la também? Não basta quebrar o BRB? Não basta entregar a CEB? Será o governo Celina-Ibaneis também responsável por quebrar e destruir um patrimônio tão importante desta cidade como a Caesb?

Que esta casa, presidente, que hoje tem uma chance muito importante, corrija um erro histórico dessa lambança que foi o que o Ibaneis fez com o BRB. Hoje, a Câmara Legislativa pode corrigir um erro importante e salvar o que ainda tem salvação, que é, neste caso, a Caesb. Por meio de um projeto assinado pela Celina, o governo quer novamente entregar a Caesb, que dá lucro, que é importante para a cidade, que preserva as nossas águas e que é responsável pelo saneamento do Distrito Federal. A Caesb está sendo entregue de mão beijada para tentar limpar uma lambança que o governo Ibaneis-Celina fez.

É um desastre este governo. Que esta casa, presidente, corrija e repare um erro e proteja a Caesb e a cidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA. Para discutir.) – Presidente, se a base fosse mais bem ouvida, nós teríamos resolvido vários problemas. Na votação desses lotes, apresentei, à época, uma emenda para retirar principalmente os da saúde, mas não fui atendido.

Depois, vem a pressão popular e, então, retiram o lote. Não é a primeira vez que isso acontece na Câmara Legislativa. Os deputados da base discutem as matérias, mas o governo não os ouve. Aí vem a pressão popular e, então, retira-se o lote. Isso é muito ruim para nós, porque fica parecendo que estamos nesta casa apenas para assinar, para cancelar qualquer decisão do governo.

Sobre o Banco Master e o BRB, quero dizer que a oposição fala muito sobre aquela votação da compra do Banco Master. Entretanto, em nenhum momento antes dessa compra, antes de qualquer decisão de aquisição, subiam a esta tribuna para dizer que o BRB estava fazendo negócios estranhos, duvidosos ou arriscados.

Não houve nenhum deputado da oposição que tenha falado sobre negócios arriscados do BRB. Eles foram atrás de informações sobre esse banco quando foi ventilada a compra do Banco Master. Só que precisamos lembrar que, quando começamos a discutir a compra do Banco Master, o BRB já estava comprando títulos do banco. Foram R\$12 bilhões adquiridos.

Foi uma surpresa para todos nós quando descobrimos que, antes da negociação da compra

do Banco Master, já estava acontecendo essa compra de títulos. Então, a todo momento fica parecendo que os deputados que votaram a favor da compra do Banco Master sabiam dessas operações ou tiveram alguma vantagem. Eu entendo perfeitamente o fato de a oposição questionar isso, mas nós que somos da base e que também fomos enganados não podemos nos calar diante de ilações que fazem parecer que participamos desse grande esquema que ainda será desvendado.

Os deputados da oposição têm o mesmo sentimento que nós temos – eu, particularmente, tenho. Espero, realmente, que todos sejam investigados e punidos.

Quanto ao envolvimento ou não do governador Ibaneis, a justiça é que vai dizer. Até agora não há nada concreto que possa incriminá-lo, por mais que sua excelência fosse mantenedor do banco e amigo do Paulo. Então, vamos esperar para depois fazermos acusações. Estou muito cauteloso com relação a isso, para não ser injusto com ninguém. A única coisa que sei é que me sinto enganado pelo Paulo. Ele foi covarde conosco.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Deputados, peço que sejamos bem objetivos e tratemos especificamente do que está em discussão.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, quero abordar 2 pontos rápidos, respondendo ao deputado Jorge Vianna. Há 2 partes aí. A parte da justiça, a parte criminal, o governador Ibaneis vai responder caso haja elementos para acusá-lo. Mas, do ponto de vista político, ele tem responsabilidade como controlador do banco e pela indicação do Paulo Henrique para a presidência do BRB. Nós precisamos denunciar. É lamentável e inexplicável a gestão política dada pelo Governo do Distrito Federal ao banco. Essa responsabilidade nós temos que cobrar e denunciar todos os dias.

Quando falamos da lambança feita pelo banco, não necessariamente nos referimos apenas à questão criminal, mas aos elementos políticos das escolhas e do direcionamento dados ao banco no último período.

A segunda questão – vossa excelência não se recorda – é que, ao longo de 2024, houve muitos pronunciamentos nesta casa. Falo isso para fazer justiça à deputada Paula Belmonte, ao deputado Chico Vigilante, ao deputado Gabriel Magno e a vários deputados que se manifestaram. Eu mesmo falei dos patrocínios do BRB. Não tínhamos todas as informações, porque o BRB não era transparente, mas há pronunciamentos nos anais desta casa que mostram que nós já vínhamos fazendo denúncias. Desde o primeiro dia da tentativa de compra, fomos contrários a ela e denunciemos o processo que acontecia no DF.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, serei breve.

Ainda bem que temos a taquigrafia na Câmara Legislativa, porque o deputado Jorge Vianna parece não se lembrar de que, desde 2023, a oposição tem denunciado, não só na tribuna, mas no Tribunal de Contas, a gestão temerária do Paulo Henrique – na época – falsificando balanço do banco, com uma política de patrocínios completamente equivocada. Essa gestão temerária do Paulo Henrique está sendo denunciada pelo nosso mandato e pela oposição pelo menos desde 2023. Ainda bem que temos a taquigrafia! Ainda bem que temos o Tribunal de Contas e o Ministério Público, que podem confirmar essa gestão temerária!

O que mudou, do ano passado para cá, foi que a gestão Paulo Henrique, indicada pelo governador Ibaneis, deixou de ser temerária e passou a ser considerada criminosa, porque cometeu crimes que estão sendo investigados pela Polícia Federal. Essa é a diferença.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) –Presidente, vou apenas orientar a bancada para a rejeição da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Jorge Vianna foi citado.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. Peço que sua excelência seja objetivo.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, o que mais a oposição sabe fazer aqui é criticar e denunciar. É óbvio que, desde o ano de 2000 e lá vai fumaça, falam mal de gestores na secretaria, sejam eles quais forem.

Falar que havia erros no patrocínio não está em questão. Não estamos falando de patrocínio ou de qualquer outra ação que o BRB tenha feito de forma errada ou não. O que está em questão é a compra do banco. Falar mal por falar mal não importa. A oposição fala mal de todo mundo. Inclusive, é bom lembrar que foi o governador Ibaneis que indicou o secretário de Saúde que foi preso na operação do esquema da covid. O governador foi preso também por causa disso? Então, imputar ao governador a responsabilidade por todo erro de um secretário é demais.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, podemos pegar os arquivos e ver quantas vezes eu denunciei os desmandos do BRB em outros pontos do Governo do Distrito Federal.

Há uma situação que está vindo à tona agora: a gestão de perseguição interna feita pelo Paulo Henrique. Hoje, presidente, eu recebi uma menina que conheço há bastante tempo. Ela entrou no BRB por meio de concurso. Fez concurso para superintendente e hoje é escriturária, porque se negou a seguir orientações que eram passadas pelo Paulo Henrique, um assediador moral, que cometeu todo tipo de atrocidade contra os servidores. Ela me dizia hoje, presidente deputado Wellington Luiz, que os servidores do BRB, deputado Jorge Vianna, formam uma categoria adoecida. Infelizmente, chegamos a esse ponto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a emenda que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A emenda foi rejeitada com 9 votos contrários e 6 votos “sim”. Esse é o resultado da votação.

Passa-se à apreciação, em separado, da última emenda destacada.

Em discussão a Emenda nº 8.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Falo apenas para ficar registrado nos anais desta casa que a última votação contou com 6 votos “sim” da oposição e 9 votos da base. Portanto, a base, sem a oposição, não estaria votando.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Obrigado, presidente.

Eu gostaria de fazer a leitura da emenda.

Emenda nº 8 ao Projeto de Lei nº 2.295/2026.

“Adicione-se ao projeto o seguinte artigo [...]:

Art. 2º O Poder Executivo deverá promover estudos para alterar as diretrizes de uso e ocupação do solo da GLEBA 'A' - com 716 hectares, denominada “Serrinha do Paranoá”, a fim de assegurar a função precípua de preservação ambiental, vedada desde logo a ocupação humana da área.”

O objetivo é que possamos consolidar aquilo que foi discutido e debatido no último período, que é a função de preservação ambiental dessa área tão importante, que é algo extraordinário.

Entendo que essa emenda é importante. Ela adiciona um trecho ao artigo, não prejudicaria em nada o trabalho desta casa e não prejudicaria o projeto. Seria mais uma vitória na preservação dessa área importante. Por isso, o nosso bloco apresentou essa emenda que está sendo votada agora.

Quero encerrar esta fala dizendo, presidente, que nós temos muito orgulho da atuação da oposição como um todo e dos partidos de oposição nesta casa no caso do BRB, com muita diligência, independência e seriedade.

Chama-me a atenção os parlamentares tentarem, de alguma forma, inverter a lógica e culpar a oposição, quando eles são apoiadores dos gestores que enfiaram o BRB nessa lambança. Isso me chama a atenção porque sou um dos que reconheceram aqui que os parlamentares foram enganados pelo presidente do BRB e pela gestão do Governo do Distrito Federal.

Isso nos traz ainda mais responsabilidade para que, neste momento de investigação, nós não topemos nenhum tipo de omissão e para que cobremos uma investigação, uma apuração rigorosa. Não se deve passar pano previamente para ninguém, mas exigir, de fato, uma investigação séria. Não é possível afirmar que  $x$  ou  $y$ , que  $a$  ou  $b$  não estavam envolvidos previamente. Esses parlamentares deveriam cobrar que  $x$  ou  $y$ ,  $a$  ou  $b$  sejam investigados e apurados com rigor, porque quem está pagando a conta, infelizmente, é a população.

Espero que, em 4 de outubro de 2026, a população dê uma resposta muito forte nas urnas sobre esse tema.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Oriento a bancada a votar pela rejeição da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a emenda que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A emenda foi rejeitada com 11 votos “não” e 6 votos “sim”. Esse é o resultado da votação.

Incluo para apreciação extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 450/2026, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que *Aprova a Indicação do nome da senhora Diana de Almeida Ramos para o cargo de Procuradora-Geral do Distrito Federal.*

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, quantos projetos ainda estão na ordem do

dia?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Pelas nossas contas, 4.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, fiz esta pergunta porque quero sugerir a vossa excelência que entremos agora na votação em segundo turno dos projetos. A deputada Jaqueline Silva tem que se ausentar. Eu tenho uma sessão solene agendada para a entrega de título de cidadão honorário para a doutora Ângela, delegada, que vossa excelência conhece. Acho que é unânime, neste momento, o desejo de votarmos os projetos em segundo turno e encerrarmos a sessão.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Se todos concordarem, tudo bem.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Não, presidente, precisamos votar o projeto do ICMS.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, vamos incluir o projeto do ICMS.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Mas o projeto do ICMS já não foi votado?

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Não, não foi, deputado. O senhor pediu para inverter a ordem de votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Deputado Hermeto, esse projeto dá para ficar para terça-feira que vem.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Não dá, não, presidente. Vence amanhã.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, eu tinha pedido a apreciação do projeto de lei relativo ao evento dos rolimistas, que vai acontecer no dia 1º de maio no Paranoá. É um evento muito grande, que envolve a cidade inteira. Eu fiz o compromisso de aprovar esse projeto. A votação dele é bem rapidinha. Nós vamos, na verdade, pedir para voltar ao projeto original.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu acho que o projeto da deputada Doutora Jane, até pela urgência, nós deveríamos votar. Desde o início, isso foi acordado entre nós. E deveríamos votar também o do ICMS.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Nós precisamos analisar o projeto do ICMS, presidente. Trata-se de uma renúncia fiscal de R\$800 milhões. São R\$800 milhões! A governadora está dizendo que está cortando tudo. Como é que vamos abrir mão de R\$800 milhões?

Eu pergunto a todos os deputados que estão aqui na casa, inclusive ao nosso relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças: alguém sabe o que vai ser votado? Sabe o tamanho da renúncia? Não sabe. São 42 convênios, presidente. É uma temeridade. Se era tão urgente, por que não mandaram o projeto antes? Se era tão urgente, por que o deixaram para hoje? Não, presidente, assim não dá, sinceramente! Isso nós vamos votar contra. E o projeto, para ser aprovado, precisa de 16 votos.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, é homologação, é uma continuação. Eu acho que nós temos que votar isso hoje. Acho que, como é homologação, não precisa de 16 votos. Vou consultar minha assessoria.

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, não fazemos questão nenhuma de votar nenhum projeto, até porque a base, na sua maioria, não se fez presente – é preciso dizer isso. O

projeto chegou com o prazo de renovação findado. Isso também não é culpa da oposição. Nós não temos a explicação, passo a passo, do porquê desses convênios, além do vencimento. Está aqui: McDia Feliz, isenção para vendas do McDia Feliz. Há um monte de isenção para o agronegócio também. Nós não temos nenhuma explicação do porquê disso, de qual é o impacto disso na geração de emprego, de qual é o impacto disso para a sociedade. Mesmo que haja, a população precisa saber.

Precisa-se de 16 votos. Eu fico ouvindo que se vai liberar emenda. Eu sou oposição. Já quase não se libera mesmo, mas eu estou aqui, presidente.

Nós não temos segurança das informações. Nós não estamos confiantes nas informações. Nós achamos que esse projeto, inclusive, diante da situação de crise financeira que o governo sinaliza para a população... Aí chega mais isenção sem explicação. Realmente, presidente, isso é muito ruim. É muito difícil nós votarmos um projeto desse nível.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, nós estamos discutindo o mérito do projeto, e é muito ruim – de novo – o sinal que o governo dá. A governadora diz que há um rombo de R\$5 bilhões, R\$6 bilhões, R\$8 bilhões. Ela anuncia um contingenciamento geral na educação, na saúde, na assistência social, nos contratos terceirizados. Aí chega a esta casa, sem nós sabermos, uma renúncia fiscal de mais de R\$800 milhões.

Nós vamos ler o projeto. Quem está recebendo renúncia fiscal do governo Celina? Sanduíches Big Mac no evento McDia Feliz. A prioridade do GDF, neste momento de crise, é não arrecadar o imposto do Big Mac? Está aqui: renúncia fiscal para mercadorias, alimentação e bebidas da Associação Grupo dos Cônjuges dos Chefes de Missão. Renúncia fiscal para o agronegócio, inclusive para ações CDA na Bolsa de Valores. Esse é um governo que inverteu a lógica: renúncia fiscal para um setor privilegiado enquanto quer botar prejuízo na conta do povo – de novo – com contingenciamento.

Não temos condição de votar. Se o governo tiver 16 votos e quiser votar para privilegiar mais uma vez o andar de cima e botar a conta da crise no povo, vote. A oposição não vai votar.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, quanto à fala do meu antecessor, quero só deixar algo claro sobre uma isenção que o GDF está propondo. O McDia Feliz, que foi citado pelo deputado, é um dia especial, comemorado no país inteiro. Nesse projeto, a arrecadação deve ser isenta nesse dia em todas as instituições do McDonald's. Essa arrecadação é distribuída para hospitais do câncer, para tratamento de crianças com câncer, presidente. Então, é muito importante essa isenção, porque nós sabemos o quanto os nossos hospitais têm sofrido.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Iolando.

Não há os 16 votos necessários. A oposição já se manifestou contrária ao projeto. Então, não adianta colocar o projeto em votação. Enquanto isso, nós votamos o PDL que aprova o nome da doutora Diana como procuradora-geral do Distrito Federal.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, quero apenas fazer um registro. Houve a discussão, e a nossa posição é que não devemos votar hoje a prorrogação das isenções, porque a conjuntura mudou.

Um decreto da governadora faz uma série de cortes e contingenciamentos no orçamento. A matéria trata de isenções de R\$819 milhões. Alguns grupos econômicos isentados têm que ser revistos. Se o governo vai passar o pente-fino na assistência social, vai cortar outros contratos,

precisamos rever isso.

Quero deixar o registro da nossa completa falta de condições objetivas de votar um projeto como esse. Vamos deixar a apreciação dessa matéria para a semana que vem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vou solicitar a retirada do projeto da pauta, deputado. Obrigado.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 450/2026, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que *Aprova a Indicação do nome da senhora Diana de Almeida Ramos para o cargo de Procuradora-Geral do Distrito Federal.*

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 450/2026 em turno único.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Como já havia votos suficientes, vou considerar o voto de todo mundo.

Votação encerrada.

O nome da doutora Diana está aprovado com 17 votos favoráveis, registrando os 14 votos que constam no painel mais os 3 votos dos deputados que manifestaram a vontade de votar – isso é que é importante. Esse é o resultado da votação.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, fiz um textão de justificativa, mas vou me ater ao pedido.

Estamos requerendo a preferência de aprovação do texto original do Projeto de Lei nº 1.031/2024, com a prejudicialidade dos 2 substitutivos apresentados, nos termos do Regimento Interno da CLDF, art. 183, § 3º.

Trata-se de um projeto de lei em que criamos o Dia dos Rolimistas. Foi proposto um substitutivo para trocar o termo para Dia do Rolimã. Na verdade, não vejo muito sentido em homenagear o objeto. Queremos falar de cultura, de pessoas, da comunidade do Paranoá. Essa comunidade faz do Dia dos Rolimistas um evento da cidade. É muito importante, é tradição. Nós queremos retornar para o texto original.

Conversei com o deputado Jorge Vianna, que concorda plenamente com o retorno ao texto original. Sua excelência entendeu que houve algum erro de comunicação no processo e que está tudo certo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito a retirada do Proc nº 50, que trata de homologação de convênio.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

Retirado o Proc nº 50.

Vamos votar todos os projetos em segundo turno após a apreciação do projeto da deputada Doutora Jane.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, até para não tumultuar a sessão, vou pedir uma preferência a vossa excelência. Ontem, no Colégio de Líderes, houve acordo para a votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de minha autoria, por conta da Corrida do Sangue, que o gabinete de vossa excelência está promovendo. Para não tumultuar, peço a vossa excelência que, na próxima sessão em que houver quórum, ele seja o primeiro item da pauta.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeitamente. Há um outro projeto da mesma natureza. Colocaremos esses 2 projetos como primeiro e segundo itens da pauta na terça-feira.

Obrigado, deputado.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, o doutor Bruno já está levando a redação. Rapidamente, ela está chegando aí.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.031/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que *Institui o "Dia dos Rolimistas", o qual passa a integrar o calendário oficial de eventos do Distrito Federal.*

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.031/2024.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 17 deputados. Esse é o resultado da votação.

Faremos a convocação para a apreciação, em segundo turno, apenas dos projetos que nós votamos em primeiro turno.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação, em segundo turno, das seguintes proposições:

- Projeto de Lei nº 2.302/2026;
- Projeto de Lei nº 2.295/2026;
- Projeto de Lei nº 2.246/2026;
- Projeto de Lei nº 1.031/2024.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios são reproduzidos conforme informados pelo Cerimonial ou pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Síglas com ocorrência neste evento:

Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CAF – Comissão de Assuntos Fundiários  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo  
CEB – Companhia Energética de Brasília  
CEB Ipes – CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.  
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Fecomércio-DF – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal  
GDF – Governo do Distrito Federal  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação  
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal  
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira  
PDL – Projeto de Decreto Legislativo  
Seduh-DF – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal  
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor  
Sesc – Serviço Social do Comércio  
STF – Supremo Tribunal Federal  
UnB – Universidade de Brasília  
UnDF – Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes  
Wako – World Association of Kickboxing Organizations; em português, Associação Mundial de Organizações de Kickboxing

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 05/05/2026, às 17:10, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: 2649369 Código CRC: 757D7267.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00017158/2026-38

2649369v2